

OS LABORATÓRIOS DO TRABALHO DIGITAL

OS LABORATÓRIOS DO TRABALHO DIGITAL

entrevistas

organização
Rafael Grohmann

Alessandro Delfanti • Antonio Casilli • Athina Karatzogianni • Bruno Moreschi • Cheryll Soriano • Christian Fuchs • Christian Laval • David Beer • Enda Brophy • Fabio Cozman • Fernanda Bruno • Florian A. Schmidt • Gabriel Pereira • Gabriella Lukács • Hamid Ekbia • Jamie Woodcock • Jathan Sadowski • Jérôme Denis • Judy Wajcman • Kristy Milland • Ludmila Costhek Abílio • Marisol Sandoval • Maud Simonet • Nick Couldry • Nick Dyer-Witheford • Nick Srnicek • Niels van Doorn • Ricardo Antunes • Ronald Purser • Roseli Figaro • Sarah T. Roberts • Sareeta Amrute • Sébastien Broca • Syed Mustafa Ali • Tamara Kneese • Ulises Mejias • Ursula Huws • Vincent Mosco • Virginia Eubanks • Wendy Liu



© Boitempo, 2021

Direção-geral Ivana Jinkings

Edição Carolina Mercês

Assistência editorial Pedro Davoglio

Preparação Kaio Rodrigues

Revisão Sílvia Balderama Nara

Coordenação de produção Livia Campos

Capa e diagramação Antonio Kehl

Equipe de apoio Artur Renzo, Camila Nakazone, Débora Rodrigues, Elaine Ramos, Frederico Indiani, Heleni Andrade, Higor Alves, Ivam Oliveira, Jessica Soares, Kim Doria, Luciana Capelli, Marcos Duarte, Marina Valeriano, Marissol Robles, Marlene Baptista, Maurício Barbosa, Raí Alves, Thais Rimkus, Túlio Candiotti

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

L123

Os laboratórios do trabalho digital : entrevistas / Alessandro Delfanti ... [et al.] ; organização Rafael Grohmann. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2021.
(Mundo do trabalho)

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5717-074-8

1. Trabalho - Aspectos sociais. 2. Inteligência artificial. 3. Tecnologia da informação. 4. Mídia digital. I. Delfanti, Alessandro. II. Grohmann, Rafael. III. Série.

21-70453

CDD: 306.36

CDU: 331:004

Camila Donis Hartmann - Bibliotecária - CRB-7/6472

Esta publicação contou com apoio a partir da reversão de recursos provenientes de descumprimento de termos de ajustamento de conduta (TAC) por empresas, realizado pelo MPT-15ª Região.

É vedada a reprodução de qualquer parte deste livro sem a expressa autorização da editora.

1ª edição: junho de 2021

BOITEMPO

Jinkings Editores Associados Ltda.

Rua Pereira Leite, 373

05442-000 São Paulo SP

Tel.: (11) 3875-7250 / 3875-7285

editor@boitempoeditorial.com.br

www.boitempoeditorial.com.br | www.blogdaboitempo.com.br

www.facebook.com/boitempo | www.twitter.com/editoraboitempo

www.youtube.com/tvboitempo | www.instagram.com/boitempo

A “periculosidade” social da ciência é inerente à sua natureza. Por definição, não pode haver ciência “inocente”, “inofensiva”, porque só seria tal aquela que não servisse para nada, o que seria a negação da sua essência. O conhecimento é sempre uma arma na luta contra forças adversas, físicas ou sociais.

Álvaro Vieira Pinto

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	II
INTRODUÇÃO: TRABALHO EM PLATAFORMAS É LABORATÓRIO DA LUTA DE CLASSES – <i>Rafael Grohmann</i>	13
PARTE I – TRABALHO DIGITAL: ORGANIZAÇÃO, EXTRAÇÃO DE VALOR E INTERSECCIONALIDADES	
1. O TRABALHO DIGITAL ALÉM DA UBERIZAÇÃO – <i>Antonio Casilli</i>	27
2. CAPITALISMO DE PLATAFORMA E DESANTROPOMORFIZAÇÃO DO TRABALHO – <i>Ricardo Antunes</i>	33
3. HETEROMAÇÃO DO TRABALHO E NOVAS LÓGICAS DE EXTRAÇÃO DE VALOR – <i>Hamid Ekbia</i>	39
4. NÃO HÁ TRABALHO SEM COMUNICAÇÃO – <i>Roseli Figaro</i>	45
5. A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NOS GALPÕES DA AMAZON – <i>Alessandro Delfanti</i>	53
6. TRABALHO EM PLATAFORMAS É TRABALHO DE MINORIAS – <i>Niels van Doorn</i>	57
7. TEMPO, GÊNERO E TECNOLOGIA NO TRABALHO – <i>Judy Wajcman</i>	61
8. TRABALHO DIGITAL E TRABALHO GRATUITO EM PERSPECTIVA FEMINISTA – <i>Maud Simonet</i>	65
9. RAÇA E CLASSE NO TRABALHO DIGITAL EM OLHAR NÃO EUROCÊNTRICO – <i>Sareeta Amrute</i>	69
10. IMAGINÁRIOS, ASPIRAÇÕES E SOLIDARIEDADE NO TRABALHO DIGITAL NAS FILIPINAS – <i>Cheryll Soriano</i>	73
11. TRABALHO DIGITAL, GÊNERO E FOFURA NO JAPÃO – <i>Gabriella Lukács</i>	81
12. UBERIZAÇÃO COMO APROPRIAÇÃO DO MODO DE VIDA PERIFÉRICO – <i>Ludmila Costhek Abílio</i>	85

PARTE II – NARRATIVAS DO TRABALHO DIGITAL.....	93
13. A RETÓRICA DA ECONOMIA DO COMPARTILHAMENTO – <i>Athina Karatzogianni</i>	95
14. UBERIZAÇÃO COMO EXTENSÃO DA RACIONALIDADE EMPREENDEDORA – <i>Christian Laval</i>	101
15. <i>MC MINDFULNESS</i> : RETÓRICA EMPREENDEDORA, IDEOLOGIA DO VALE DO SILÍCIO E VIOLÊNCIA EPISTÊMICA – <i>Ronald Purser</i>	105
16. A RETÓRICA SOBRE CIDADES INTELIGENTES E INTERNET DAS COISAS – <i>Vincent Mosco</i>	109
PARTE III – INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E TRABALHO DIGITAL	117
17. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COMO CONDIÇÃO GERAL DE PRODUÇÃO – <i>Nick Dyer-Witheford</i>	119
18. O TRABALHO DOS MODERADORES DE CONTEÚDO DAS MÍDIAS SOCIAIS – <i>Sarah T. Roberts</i>	125
19. O TRABALHO PARA A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES – <i>Kristy Milland</i>	133
20. OS BRASILEIROS QUE TRABALHAM NA AMAZON MECHANICAL TURK – <i>Bruno Moreschi, Gabriel Pereira e Fabio Cozman</i>	137
21. TRABALHO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL ALÉM DA MECHANICAL TURK – <i>Florian A. Schmidt</i>	143
22. DESCOLONIZAR A COMPUTAÇÃO – <i>Syed Mustafa Ali</i>	147
PARTE IV – ALGORITMOS, DADOS E DESIGUALDADES.....	153
23. RACIONALIDADE ALGORÍTMICA E LABORATÓRIO DE PLATAFORMA – <i>Fernanda Bruno</i>	155
24. PLATAFORMAS BIOPOLÍTICAS, DADOS COMO CAPITAL E VIRTUDES PERVERSAS DO TRABALHO DIGITAL – <i>Jathan Sadowski</i>	165
25. OS DADOS E A EXPROPRIAÇÃO DOS NOSSOS RECURSOS – <i>Nick Couldry</i>	169
26. A INVISIBILIDADE DO TRABALHO DE DADOS – <i>Jérôme Denis</i>	173
27. CIRCULAÇÃO E IMAGINÁRIO DOS DADOS – <i>David Beer</i>	177
28. A AUTOMATIZAÇÃO DAS DESIGUALDADES NO SETOR PÚBLICO – <i>Virginia Eubanks</i>	181
29. DESCOLONIZANDO OS DADOS - <i>Ulises Mejias</i>	187
PARTE V – ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES E PLATAFORMAS ALTERNATIVAS.....	191
30. ABOLIR O VALE DO SILÍCIO E ORGANIZAR OS TRABALHADORES – <i>Wendy Liu</i>	193
31. GAMIFICAÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO E RESISTÊNCIAS DOS TRABALHADORES – <i>Jamie Woodcock</i>	197

32. AS AMBIGUIDADES DO COMUM NO TRABALHO DIGITAL – <i>Sébastien Broca</i>	201
33. DESIGUALDADES ESTRUTURAIS NO TRABALHO DIGITAL – <i>Tamara Kneese</i>	205
34. TRABALHO COMUNICATIVO E PRÁTICAS AUTÔNOMAS – <i>Enda Brophy</i>	211
35. COOPERATIVAS NO SETOR DA CULTURA E O CONTEXTO DIGITAL – <i>Marisol Sandoval</i>	215
36. TRABALHO DIGITAL E PLATAFORMAS ALTERNATIVAS – <i>Christian Fuchs</i>	221
37. CONSTRUIR PLATAFORMAS PÓS-CAPITALISTAS – <i>Nick Srnicek</i>	225
38. DESMERCANTILIZAR AS PLATAFORMAS DIGITAIS – <i>Ursula Huws</i>	229
 BIBLIOGRAFIA GERAL	235
SOBRE O ORGANIZADOR.....	245

Desmercantilizar as plataformas digitais

Ursula Huws

Em 2003, Ursula Huws já falava em cibertariado como expressão de um trabalho “virtual” – com muitas aspas – em um mundo real. Sempre defendeu a reinserção das materialidades dos sujeitos e das tecnologias em meio ao mito da economia imaterial, lembrando que, sem cabos e geração de energia, a internet não pode ser acessada. Ela também critica expressões como “trabalho criativo” e as reiteradas adjetivações do capitalismo – de plataforma, de vigilância, digital etc. – utilizadas para classificá-lo nos últimos vinte anos, além de defender a atualidade e a pertinência da teoria marxiana do valor, ressaltando a lógica rentista das plataformas e criticando percepções de que os usuários trabalhariam para as mídias sociais.

No Brasil, sua obra *The Making of a Cybertariat: Virtual Work in a Real World* (Monthly Review Press, 2003) foi publicada em 2017 com excertos de seu livro mais recente, *Labor in the Global Digital Economy: The Cybertariat Comes of Age* (Monthly Review Press, 2014), pela editora da Unicamp¹. Nesta entrevista, a autora fala de sua última obra, *Reinventing the Welfare State: Digital Platforms and Public Policies* (Pluto, 2020), discorrendo sobre as falhas do estado atual da provisão de bem-estar social tendo em vista o trabalho em plataformas e defendendo a construção de plataformas locais como modelos prefigurativos para todos os setores.

Em seu novo livro, você afirma que muitas das práticas das plataformas digitais relacionam-se a formas anteriores de organização do trabalho, como métricas de avaliações e ranqueamentos. Então, o que há de novo na platformização?

Reinventing the Welfare State foi escrito em circunstâncias muito específicas e destinado principalmente ao público do Reino Unido, no contexto da eleição geral do fim de 2019, à sombra do Brexit. Um quadro histórico e teórico mais amplo pode ser encontrado em meu livro anterior², em que descrevo como uma

¹ Ursula Huws, *A formação do cibertariado: trabalho virtual em um mundo real* (trad. Murillo van der Laan, Campinas, Editora da Unicamp, 2017).

² Idem, *Labor in Contemporary Capitalism: What Next?* (Londres, Palgrave Macmillan, 2019).

série de tendências preexistentes alcançaram massa crítica após a crise financeira de 2007-2008, tornando-se dominantes e, no processo, levaram à emergência de um novo paradigma normativo.

Apesar disso, algumas tendências são anteriores a 2008. Podemos dizer que muitas datam da década de 1990, quando o colapso da União Soviética abriu o mundo para o capitalismo internacional e marcou o início de uma era em que o exército industrial de reserva se tornou, de fato, global. Os capitalistas foram capazes de acessar essa nova força de duas maneiras distintas: realocando empregos do Ocidente para o Sul global (deslocalização industrial ou *offshoring*) ou fazendo uso de trabalho migrante do Sul global no Ocidente. Essa é, claro, uma descrição bastante simplificada, pois há muitas variantes entre as regiões e mesmo dentro delas. Tal tendência estava associada a outras, incluindo uma crescente concentração de capital – não apenas no Ocidente, mas também em países como China, Índia, Brasil e México, e uma elaboração de cadeias globais de valor. A crescente competitividade entre corporações levou a uma pressão para trazer produtos ao mercado rapidamente, acarretando uma importância cada vez maior do trabalho logístico. Isso, por sua vez, esteve intimamente ligado à introdução das tecnologias digitais, o que permitiu simplificar e padronizar as tarefas, tornando os trabalhadores mais facilmente substituíveis entre si, ao mesmo tempo que possibilitou o monitoramento e o gerenciamento algorítmico.

Juntas, essas tendências convergiram para produzir um novo modelo de trabalho que descrevi como “*logged*³” – um termo que tem pelo menos três significados distintos em inglês. Primeiro, no sentido de ser “fatiado” ou dividido em pedaços, em um processo que às vezes é descrito como “taskificação”. Segundo, no sentido de ser registrado, usando vários meios – como vigilância por GPS e *webcam*, gravação das teclas que o trabalhador digita e avaliações de clientes – para desenvolver metas e indicadores de desempenho que são, então, usados para disciplinar os trabalhadores e aumentar a produtividade. E terceiro, no sentido de o trabalhador ser gerenciado por meio de plataformas digitais, o que significa que ele deve estar logado ou conectado para receber notificações de trabalho. No caso do trabalho “virtual”, envolvendo o processamento de informações digitais, o trabalhador também deve estar on-line para realizar suas atividades.

Que desafios a generalização da plataformaização do trabalho coloca para questões de regulação e políticas públicas, no sentido da necessidade de direitos para todos os trabalhadores?

A plataformaização do trabalho continua sendo um processo de corte de direitos que, pelo menos nos Estados social-democratas do século XX, eram concebidos como

³ Idem, “Logged Labour: A New Paradigm of Work Organisation?”, *Work Organisation, Labour & Globalisation*, v. 10, n. 1, 2016, p. 7-26; disponível em: <<http://geopolitica.iiec.unam.mx/sites/default/files/2018-09/Huws-LoggedLabour.pdf>>; acesso em: 25 mar. 2021.

universais. Essa universalidade nunca foi completa, é claro, mesmo nesses países. Por exemplo, as mulheres trabalhadoras e os trabalhadores migrantes nunca foram tratados da mesma forma que os homens e as pessoas que trabalham no próprio país de nascença. No entanto, até o “ponto de inflexão” que mencionei, nas economias ocidentais desenvolvidas havia setores cujo modelo de emprego dominante (branco, masculino, em tempo integral, protegido) não se aplicava a algo “marginal” ou “atípico”.

A plataformização não deve ser vista como uma tendência abstrata que trata tudo em seu caminho da mesma maneira. Ainda que seu resultado seja tornar o trabalho ao redor do mundo cada vez mais homogêneo, ela leva a cenários muito diferentes dependendo do setor ou da região em que ocorre. Nos lugares em que a plataformização é introduzida em setores formais de economias desenvolvidas, seu efeito é flexibilizar empregos que antes eram “padrão”, trazendo uma degradação das condições laborativas para uma força de trabalho que, em outros tempos, era bem organizada e qualificada. Nos lugares em que a plataformização ocorre em setores que estavam há muito tempo na economia informal, seus efeitos podem parecer “progressistas” à primeira vista, no sentido de que podem trazer (pelo menos inicialmente) salários mais altos, algum tipo de autonomia e a inclusão em uma chamada “sociedade da informação”, considerada moderna e dotada de competências que permitem a entrada no mercado de trabalho global. Na Índia, por exemplo, as plataformas on-line às vezes são vistas como uma forma de regular a economia informal e fazer cumprir padrões básicos, como salários mínimos. No entanto, na maioria dos países europeus, isso é visto como parte de uma “corrida para o fundo do poço” em termos de salários e condições de trabalho.

Em outras palavras, em um nível mais geral, as primeiras formas de capitalismo podem ser vistas como um processo de mercantilização (o que Marx chamou de “acumulação primitiva”), o qual ainda está em curso em muitos setores e países, especialmente no Sul global. A social-democracia da metade do século XX no Ocidente poderia ser vista como uma forma de desmercantilização, lutando contra esse fenômeno, no interesse de proteger os interesses da classe trabalhadora e elevar os padrões para todos. A virada neoliberal, a partir dos anos 1970, desencadeou um processo de remercantilização, que se deu, em parte, por meio da privatização e da terceirização de serviços públicos, estando, portanto, de alguma maneira vinculado à plataformização. As plataformas do século XXI, de escopo global, abrangem essas diferentes geografias, trazendo tanto a mercantilização quanto a remercantilização em configurações que variam dependendo do contexto local.

Que problemas você vê quando a esquerda romantiza a organização dos trabalhadores de plataforma?

Há sempre o perigo – inerente a todas as perspectivas sindicalistas – de supor que, dado que os sindicatos podem organizar e representar com sucesso uma vanguarda de trabalhadores, isso poderia substituir uma perspectiva política mais geral para representar os interesses de toda a classe. A ação sindical pode ser crucial para ajudar

a promover mudanças políticas, mas as associações dependem de certas precondições que não podem ser atendidas por todos os trabalhadores. Homens, jovens e articulados (como muitos, mas não todos os entregadores) podem ser vistos como relativamente privilegiados em comparação com outros profissionais de plataforma, como faxineiras – que atuam na casa de outras pessoas – ou aqueles que trabalham remotamente para plataformas on-line, isolados em suas casas.

Os entregadores percorrem espaços públicos com mochilas das empresas e são guiados por algoritmos para se reunir em certos *hotspots* geográficos, tornando-os facilmente identificáveis entre si. Alguns dividem essa ocupação com outra atividade (como o estudo ou um emprego de baixa remuneração, mas altamente qualificado, por exemplo, nas indústrias criativas), o que significa que eles provavelmente terão boas habilidades de linguagem e comunicação, acesso às mídias sociais, bem como capacidade de pesquisar no Google algumas informações sobre seus direitos jurídicos e sobre as atividades de trabalhadores em outros lugares. Isso lhes dá um potencial considerável para se organizar, embora na maioria das vezes, como vimos, o sucesso da organização seja muito limitado na prática. Mas, mesmo se tivessem sucesso na formação de sindicatos fortes, com limites de entrada e direitos negociados, tudo isso resultaria na criação de um grupo de elite de trabalhadores organizados. A fim de generalizar esses ganhos para que se apliquem universalmente em qualquer sociedade, é necessária uma ação política para estabelecer direitos trabalhistas universais.

Como, em sua visão, as plataformas digitais para o bem público podem prefigurar novos circuitos econômicos locais a partir de baixo – do setor de alimentação até o de cuidados e as plataformas *freelance*?

A história da divisão técnica do trabalho não é apenas sobre novas tecnologias desenvolvidas para baratear o valor do trabalho e gerenciá-lo de forma a pressionar os trabalhadores. É também uma história de trabalhadores usando essas tecnologias para os próprios objetivos. Por exemplo, no fim do século XVII, o capitalismo se tornou sofisticado o suficiente para exigir uma força de trabalho alfabetizada. Ao longo do século seguinte, os trabalhadores fizeram um bom uso dessa alfabetização e da capacidade matemática para se comunicar entre si, por meio de sindicatos e de agitações políticas, bem como para estabelecer instituições alternativas e cooperativas para compartilhar riscos e proporcionar benefícios mútuos.

Da mesma forma, no século XX, eles fizeram uso das tecnologias de comunicação – como o telegrama, o telefone, o fax etc. – para a organização e construção de instituições alternativas, como algumas daquelas que prefiguraram o Estado de bem-estar social no século XX. Por exemplo, ao criar o Serviço Nacional de Saúde britânico, seu fundador, Aneurin Bevan, membro da classe trabalhadora, foi inspirado pela Tredegar Workmen's Medical Aid Society, sociedade fundada por mineiros e metalúrgicos no fim do século XIX, no País de Gales. Na década de

1920, essa sociedade empregava os serviços de cinco médicos, um cirurgião, dois farmacêuticos, um fisioterapeuta, um dentista e uma enfermeira. Por uma quantia extra a cada semana, os afiliados também podiam se beneficiar de tratamento hospitalar. Durante a depressão do período entreguerras, a sociedade continuou a oferecer serviços a pessoas desempregadas, embora elas não pudessem pagá-los. Em meados da década de 1940, ela fornecia cuidados médicos para 22.800 dos 24.000 habitantes da cidade de Tredegar.

As tecnologias digitais do século XXI não são uma exceção nessa história. Os trabalhadores têm recorrido a elas para desenvolver uma gama de modelos independentes, como cooperativas que oferecem alternativas a plataformas de trânsito urbano, como Uber ou Lyft, ou a plataformas de hospedagem, como o Airbnb⁴. Durante a pandemia do novo coronavírus, tem havido um enorme crescimento de iniciativas comunitárias que oferecem serviços locais essenciais não disponibilizados pelos governos nacionais, como a distribuição de alimentos para idosos confinados em casa ou a oferta de serviços de cuidados ou transporte para doentes e idosos. Também tem havido uma série de iniciativas locais – de baixo para cima – projetadas para: a) promover práticas de economia de energia com o intuito de combater as mudanças climáticas; b) a organização do reaproveitamento de alimentos que seriam desperdiçados, visando fornecer refeições a pessoas desamparadas ou desabrigadas; c) a partilha de ferramentas ou de transporte; d) a distribuição de fontes de energia renováveis; entre outras.

As redes sociais e outras plataformas digitais têm sido um apoio essencial na organização e promoção dessas iniciativas. O uso de celulares para registrar eventos e comunicá-los em tempo real também se tornou parte integrante da organização de protestos sindicais e políticos. É possível afirmar que as tecnologias das plataformas estão se tornando cada vez mais integradas à vida da classe trabalhadora. Em vez de serem impostas de cima para baixo, plataformas locais alternativas poderiam ser desenvolvidas de baixo para cima, dando às comunidades locais um senso de propriedade e controle desses desenvolvimentos e garantindo que eles atendam genuinamente a suas necessidades.

Você defende uma reinvenção do Estado de bem-estar social. Como fazer isso em países como o Brasil, que nunca tiveram, de fato, essa experiência?

Meu argumento no livro é muito direcionado ao Reino Unido, onde o Estado de bem-estar social que se desenvolveu em meados do século XX tornou-se agora um meio de redistribuição da riqueza dos pobres para os mais ricos, e não o contrário. Esse modelo se transformou em um novo e lucrativo campo de acumulação para o capital global, ao mesmo tempo que tem falhado em cumprir seus objetivos originais de fornecer direitos universais e meios de proteger as pessoas vulneráveis.

⁴ Tal qual o Airbnb. Website disponível em: <<https://fairbnb.coop/>>; acesso em: 25 mar. 2021.

Certas vertentes da esquerda britânica têm uma tendência nostálgica de romantizar o passado e defender um retorno ao modelo de meados do século XX. Meu argumento é que essa estratégia está fadada ao fracasso, não apenas porque o modelo era fatalmente incapaz de atender às exigências de igualdade de gênero, sustentabilidade ambiental e defesa de direitos dos migrantes, mas também porque se pautava em um arquétipo particular de Estado-nação que não é mais sustentável na era do capitalismo global. Em vez disso, é necessário o desenvolvimento de um novo modelo de Estado de bem-estar social, adequado ao capitalismo digital do século XXI, que respeite os princípios de redistribuição e universalidade do século anterior, mas que tenha uma forma diferente. Como mencionei, o modelo do século passado nunca se aplicou a toda a população, mesmo nas sociais-democracias mais desenvolvidas da época, e em muitos países do Sul global ele atendeu apenas a pequenas frações da classe trabalhadora. Contudo, não devemos esquecer países como Cuba ou Vietnã que desenvolveram modelos alternativos. Como disse, embora pareça que estamos convergindo para um modelo global de relações capital-trabalho, o capitalismo de plataforma tem impactos muito distintos em diferentes economias, dependendo do grau de formalização e desenvolvimento econômico dos setores e das regiões. Isso tem implicações para a relação específica que se desenvolve entre o Estado e as empresas internacionais, bem como para os tipos de regulação e fiscalização que podem ser implementados, abrindo espaço para novas iniciativas. Por exemplo, ouvi recentemente sobre um caso na Índia em que a administração de uma cidade lidou com o problema de fornecimento de alimentos para os cidadãos em isolamento social permitindo que uma plataforma de entregas continuasse funcionando, mas somente com a condição de incluir em seu serviço a distribuição de alimentos fornecidos por vendedores ambulantes vindos da economia informal.

As circunstâncias são, em muitos aspectos, um laboratório para o futuro. As conjunturas podem ser diferentes e as soluções locais que são progressistas em uma situação podem não o ser em outras. Os princípios importantes, entretanto, parecem-me permanecer semelhantes de forma ampla. Onde quer que estejamos no mundo, precisamos buscar um Estado em que as condições de trabalho sejam adequadas, os direitos dos trabalhadores sejam protegidos, as regulações sejam aplicadas, os serviços universais estejam disponíveis para todos os cidadãos e que estes tenham, por sua vez, voz ativa sobre quais são esses serviços e como devem ser entregues. Assim como algumas nações ocidentais conseguiram atingir no século XX um grau de desmercantilização dos serviços que as ondas anteriores de desenvolvimento capitalista mercantilizaram, devemos agora procurar desmercantilizar o que o capitalismo digital contemporâneo está mercantilizando – e isso inclui não apenas serviços públicos, mas também a sociabilidade humana, os afetos e os recursos do planeta que ocupamos.